

## **ESCOLA SECUNDÁRIA DE S. PEDRO**

### **ELEIÇÕES PARA O CONSELHO GERAL**

DECRETO-LEI Nº 75/2008, de 22 de ABRIL

#### **REGULAMENTO ELEITORAL**

Atendendo ao Artº 15º do Decreto-Lei nº 75/2008, de 22 de Abril e ao disposto no ponto 10 do Artigo 15º do Regulamento Interno da Escola Secundária de S. Pedro, torna-se necessário clarificar e agendar os procedimentos e as normas práticas conducentes à constituição do Conselho Geral.

Assim,estabelece-se:

#### **CAPÍTULO I**

##### **OBJECTO**

##### **Artigo 1º** (Objecto)

O presente regulamento define o processo eleitoral dos membros do Conselho Geral referidos no nº 1 do artº 14º do Decreto Lei nº 75/2008, de 22 de Abril.

#### **CAPÍTULO II**

##### **ABERTURA DO PROCESSO ELEITORAL**

##### **Artigo 2º** (Abertura e publicação)

1. O processo eleitoral para o Conselho Geral decorrerá durante o mês de Março de 2009.
2. O Presidente do Conselho Geral Transitório convocará reuniões separadas dos corpos docente, não docente e discente.
3. Tais reuniões destinam-se a esclarecer os diversos intervenientes sobre as normas práticas do processo eleitoral e a publicitar o calendário, bem como à eleição dos membros das Mesas que presidirão às Assembleias Eleitorais e aos escrutínios.
4. Após a realização das reuniões referidas no nº 2 do presente artigo, o Presidente do Conselho Geral Transitório, em articulação com o órgão de gestão da escola, convocará as respectivas Assembleias Eleitorais.

**Artigo 3º**  
(Cadernos Eleitorais)

1. O Órgão de Gestão entregará, cinco dias úteis antes da data marcada para a realização do acto eleitoral, dos cadernos eleitorais às respectivas mesas eleitorais que, de imediato, os afixarão, respectivamente na sala de professores, no placard do pessoal não docente e nas vitrinas informativas da área de alunos e da Associação de Estudantes.
2. Nos dois dias seguintes à sua afixação, qualquer eleitor poderá reclamar junto do Conselho Executivo, por escrito, de qualquer irregularidade patente nos cadernos eleitorais.

**CAPÍTULO III**

**APRESENTAÇÃO DE CANDIDATURAS**

**Artigo 4º**  
(Condições de Candidatura)

1. Os candidatos ao Conselho Geral constituem-se em listas separadas, as quais deverão obedecer ao estabelecido no Artº 15º do Decreto-Lei nº 75/2008 de 22 de Abril.
2. Cada lista será composta pelo número de candidatos distribuídos da seguinte forma:
  - 2.1 Para o corpo docente, sete elementos efectivos, sendo pelo menos um professor titular e quatro suplentes, de entre todos os docentes em exercício de funções na Escola.
    - 2.1.1 As listas, depois de subscritas por um mínimo de 10 docentes em exercício de funções na Escola, deverão ser rubricadas pelos respectivos candidatos que assim manifestarão a sua concordância.
  - 2.2 Para o pessoal não docente, dois elementos efectivos e um suplente, de entre todos os funcionários em exercício de funções na escola, à excepção dos tarefeiros.
    - 2.2.1 As listas, depois de subscritas por um mínimo de 6 não docentes em exercício de funções na Escola, deverão ser rubricadas pelos respectivos candidatos que assim manifestarão a sua concordância.
  - 2.3 Para os alunos, um elemento efectivo e um suplente de entre os alunos do Ensino Secundário.
    - 2.1.1 As listas, depois de subscritas por um mínimo de 10 alunos da Escola, deverão ser rubricadas pelos respectivos candidatos que assim manifestarão a sua concordância.
3. A conversão dos votos em mandatos tomará em consideração a ordenação expressa na elaboração da respectiva lista.

**Artigo 5º**  
(Publicitação)

As candidaturas são entregues, em modelo concebido para o efeito, até 5 dias úteis antes da data marcada para a realização do acto eleitoral, na Secretaria da Escola, até às 17h:00m, sendo entregues imediatamente ao Presidente do Conselho Geral Transitório o qual, de imediato as rubricará e fará afixar nos locais mencionados no nº 1 do artigo 3º do presente regulamento.

**CAPÍTULO IV**

**ACTO ELEITORAL**

**Artigo 6º**  
(Assembleias Eleitorais)

1. As Assembleias Eleitorais são convocadas pelo Presidente do Conselho Geral Transitório nos termos do nº 4º do artigo 2º do presente regulamento.
2. Compõem a Assembleia Eleitoral os membros da comunidade educativa com direito a voto.
3. Têm direito a voto, nos termos do Regulamento Interno da Escola Secundária de S. Pedro:
  - 3.1. A totalidade do corpo docente em exercício efectivo de funções na Escola, qualquer que seja o seu vínculo contratual.
  - 3.2. A totalidade do corpo não docente em exercício efectivo de funções na Escola, qualquer que seja o seu vínculo contratual.
  - 3.3. A totalidade dos alunos que frequentam a Escola.

**Artigo 7º**  
(Mesas das Assembleias Eleitorais)

1. As Mesas das Assembleias Eleitorais serão constituídas por elementos voluntários que resultam das reuniões referidas no nº 2 do artigo 2º do presente regulamento.
2. Caso não haja elementos voluntários, o Presidente do Conselho Geral Transitório procederá à nomeação dos elementos que constituirão as mesas eleitorais, sendo o cargo de aceitação obrigatória.
3. As Mesas Eleitorais escolherão, de entre os membros, os respectivos Presidente e Secretário que, obrigatoriamente abrirão e encerrarão as urnas.
4. As Mesas Eleitorais são constituídas por três elementos.

**Artigo 8º**  
(Competências)

1. Compete às Mesas Eleitorais:
  - 1.1 Receber do Conselho Executivo os respectivos cadernos eleitorais.
  - 1.2 Proceder à afixação dos cadernos eleitorais nos locais referidos no nº 1 do Artigo 3º do presente regulamento.
  - 1.3 Proceder à abertura e ao encerramento das urnas.
  - 1.4 Efectuar escrutínios e apurar resultados.
  - 1.5 Lavrar a acta da sessão da Assembleia Eleitoral.
  - 1.6 Proclamar os resultados apurados.
  - 1.7 Converter os votos em mandatos.
  - 1.8 Indicar os nomes dos membros docentes, não docentes e dos alunos que constituem o Conselho Geral.

**Artigo 9º**  
(Delegados)

Cada lista candidata poderá indicar até dois representantes para acompanharem todos os actos da eleição, os quais, se assim o entenderem, assinarão a acta da Assembleia Eleitoral.

**Artigo 10º**  
(Votação)

1. A votação decorrerá entre as 9.00 horas e as 17:00 horas do dia fixado para o efeito.
2. A votação realiza-se por sufrágio secreto e presencial.
3. Em nenhuma circunstância é permitido o voto por correspondência ou por delegação.
4. Sempre que haja dúvidas por parte de qualquer dos membros da Mesa sobre a identificação dos votantes, poderá ser exigida a sua identificação através de documento actualizado contendo fotografia ou, sendo discente, do seu cartão de identificação de aluno.

**Artigo 11º**  
(Escrutínio)

A conversão dos votos em mandatos faz-se de acordo com o método de representação proporcional da média mais alta de Hondt.

**Artigo 12º**  
(Proclamação dos resultados)

1. Os resultados são proclamados pela Mesas das Assembleias Eleitorais, através da afixação das respectivas actas nos locais referidos no nº 1 do artigo 3º do presente regulamento.
2. As actas referidas no número anterior serão assinadas pelo Presidente da Mesa, por todos os elementos da respectiva Mesa e pelos delegados das listas candidatas, se estes assim o entenderem fazer.

**CAPÍTULO V**  
**DISPOSIÇÕES FINAIS**

Em matéria de procedimentos, aplica-se subsidiariamente o disposto no Decreto-Lei nº 75/2008 de 22 de Abril, no Regulamento Interno da Escola Secundária de S. Pedro e no Código de Procedimento Administrativo naquilo que não se encontre especialmente regulado no presente regulamento.